

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA E FRONTEIRA AGRÁRIA – O CASO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PDS) ESPERANÇA EM ANAPU – PARÁ – BRASIL

Fabiano Oliveira Bringel

Boletim Gaúcho de Geografia, 41, n. 2 : 384-403, maio, 2014.

Versão online disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/45333>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 2014.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA E FRONTEIRA AGRÁRIA – O CASO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PDS) ESPERANÇA EM ANAPU – PARÁ – BRASIL .

FABIANO OLIVEIRA BRINGE¹

CLAUDIO UBIRATAN GONÇALVES²

RESUMO

Este artigo é parte do esforço investigativo de uma pesquisa de doutoramento no PPGeo-UFPE (Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal de Pernambuco). Nosso objetivo principal é analisar como o avanço da fronteira agrária na Amazônia paraense contribui para a alteração nas territorialidades de uma comunidade camponesa assentada através de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) na Transamazônica. Partimos da hipótese que a fronteira continua aberta, com temporalidades diferentes, conflituosas, porém articuladas. Trabalhamos três dimensões da territorialização que se articulam e interpenetram: a) mobilidade do trabalho; b) pela ausência ou precária presença do Estado junto aos camponeses e pela c) disputa na apropriação dos recursos naturais da Amazônia.

Palavras – chave: Territorialização. Campesinato. Fronteira Agrária. Amazônia. Grandes Projetos.

APRESENTANDO O PROBLEMA

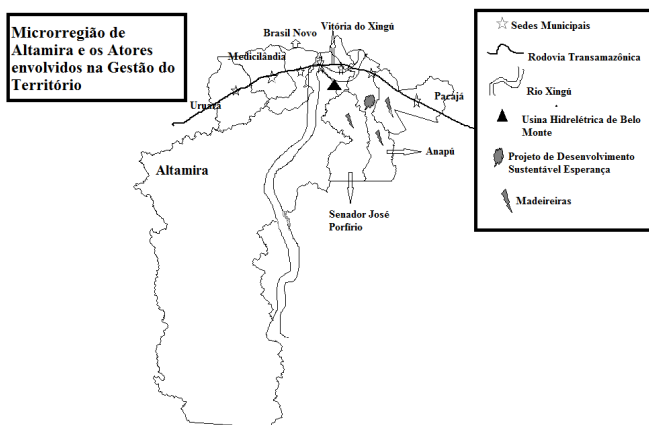
Este artigo tem como objetivo principal analisar como o avanço da fronteira agrária na Amazônia paraense contribui para as transformações nas territorialidades de uma comunidade camponesa assentada através de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Trata-se do PDS Esperança no Município de Anapu, região conhecida como Terra do Meio no Estado do Pará e que faz parte da Microrregião de Altamira (Figura 01). O PDS é uma modalidade de assentamento rural onde se associa a agricultura com práticas extrativistas florestais. Fundado em 2002, o PDS foi resultado de intensa luta de colonos ao longo da rodovia Transamazônica contra a grilagem de terras e extração de madeira que se estabeleceu na região a partir da década de 1980. Esta luta ficou conhecida nacionalmente e internacionalmente com o assassinato da missionária estadunidense Dorothy Stang a mando de ma-

1 Doutorando em Geografia pelo PPGeo-UFPE e Professor da UEPA - fabiano.bringel@ufpe.br

2 Doutor em Geografia; Professor Adjunto de Geografia da UFPE - birarural@ig.com.br

deireiros e grileiros que formaram um consórcio em 2006.

1: Microrregião de Altamira (Estado do Pará - Brasil) e os atores envolvidos



Fonte: BRINGEL, 2012

Desde 2011 iniciamos um projeto de pesquisa que faz uma análise comparativa entre diferentes territórios da agricultura camponesa situados em diferentes tempos e espaços da fronteira agrária da Amazônia Paraense. Partimos da hipótese que a fronteira continua aberta, com temporalidades diferentes, conflituosas, porém articuladas. Entender a dinâmica da territorialização de um projeto camponês num espaço de fronteira continua sendo uma tarefa em gestação, principalmente quando se trata de um campo da geografia agrária e, porque não, das ciências sociais que ainda não conseguiu, a contento, desenvolver instrumentos teóricos e metodológicos refinados para entender a dinâmica complexa das sociedades camponesas na fronteira do capital na Amazônia.

Essa dificuldade irá ser tratada neste artigo em duas dimensões da territorialização do projeto camponês a partir do PDS Esperança que se articulam e interpenetram: a) pela ausência ou precária presença do Estado junto aos camponeses e b) disputa na apropriação dos recursos naturais da Amazônia.

Os questionamentos relacionados a essas dimensões serão trabalhados ao longo deste ensaio. Ele é dividido em três seções. A primeira teórica que procurará debater as relações entre os estatutos conceituais de fronteira e de territorialidade. A segunda trabalhará a formação sócio-espacial da Rodovia Transamazônica e do PDS Esperança. Em seguida, discutiremos os fatores que limitam e/ou contribuem para a territorialização de seu projeto camponês. Por fim, algumas possíveis conclusões que podemos retirar desse exame.

Nossa ideia principal é demonstrar que famílias camponesas mesmo “jogadas” em uma situação extremamente contingencial, em ambiente hostil para sua reprodução, como são as áreas de fronteira agrária do capitalismo – com seus grandes projetos de “desenvolvimento”, conseguem, a partir de sua organização, (re) existir mantendo um projeto de campesinidade (WO-ORTMANN, 1990) sempre ativo.

DEFININDO A FRONTEIRA

No final do século XIX, o historiador estadunidense Frederick Jackson Turner observando o Oeste dos EUA apresentou a sua *frontier thesis*. Turner queria aliviar as tensões sociais na sociedade branca provocadas pela necessidade de terra, trabalho, alimentação, combustível, com a “ocupação” dessas “regiões” onde o branco ainda não tinha tocado. Postulava que o desenvolvimento histórico dos EUA havia se dado graças à existência das “terras livres” a Oeste. Avaliava que àquela era uma extensa área “despovoada”, onde imperava a ditadura da “natureza”, e resolveu, assim, levar até as últimas conseqüências o pensamento de Augusto Comte - na sociedade positiva, os homens deixam de fazer guerras contra eles mesmos para decretar guerra contra a natureza. A radicalização da lógica cartesiana: o homem além de se divorciar da natureza, agora, precisava decretar guerra contra ela. No início do século XXI, a *frontier thesis* parece estar mais viva do que nunca na Amazônia. O pensamento Comteano também.

A certeza disso é que a “sociedade branca” reificada pelo Estado Nacional, ainda procura saciar sua necessidade por “terra, trabalho, alimentação, combustível”. É o caso brasileiro em relação à Amazônia. A necessidade da acumulação primitiva no interior da acumulação ampliada de capital. O modo de produção capitalista lançando sua “mão” pesada sobre relações de produção não capitalistas. É o continuar a acumulação capitalista de forma não capitalista. Esta dialética é fundamental para compreendermos a persistência da escravidão e a (re) existência camponesa em pleno século XXI. Por isso, a persistência da front(eira) como categoria de análise.

Na tradição das ciências sociais em relação aos estudos sobre fronteira duas ciências se destacam – a geografia e a antropologia. Na avaliação de José de Souza Martins (1997) são modos de ver a fronteira. Essas visões diferenciadas se dão devido às posições desiguais. Tanto na observação do espaço, através de instrumentos teórico-metodológicos diferentes, como também por lugares sociais igualmente diferenciados. Assim, os antropólogos priorizariam uma perspectiva mais demográfica em suas análises o que se convencionou chamar de frente de expansão. Nessa expansão o foco central da análise seria “as frentes de deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado” (MARTINS, 1997,152).

Definir-se-ia essa frente por uma situação de contato, pois quando os antropólogos falam inicialmente sobre esta frente estão falando de “uma forma de expansão do capital que não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista. Essa expansão é essencialmente uma expansão da rede de trocas e de comércio que quase sempre o dinheiro está ausente”, como descreveu Martins (1997, 156-157).

Já os geógrafos priorizam uma situação de modernização, através da formulação de novas relações de vida. Assim, o foco de interpretação da fronteira seria a criação do “novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos” (MARTINS, 1997, 153)

Em síntese teríamos no estatuto interpretativo da fronteira dois momentos. Um demográfico e outro econômico. São momentos diferentes, porém articulados constituindo aí uma espécie de totalidade. Para ilustrar tal posicionamento temos a seguinte avaliação:

[...] a fronteira demográfica e a fronteira econômica, esta nem sempre coincidindo com aquela, geralmente aquém dela. Isto é, a linha de povoamento avança antes da linha de efetiva ocupação econômica do território. Quando os geógrafos falam de frente pioneira, estão falando dessa fronteira econômica. Quando os antropólogos falam de frente de expansão, estão geralmente falando da fronteira demográfica. Isso nos põe, portanto diante de uma primeira distinção essencial: entre a fronteira demográfica e fronteira econômica há uma zona de ocupação pelos agentes da ‘civilização’, que não são agentes característicos da produção capitalista, do moderno, da inovação, do racional, do urbano, das instituições políticas e jurídicas etc. (MARTINS, 1997,159).

Quanto à posição dos atores sociais no interior dessas frentes (expansão e pioneira), Martins (1997) afirma que os antropólogos ao priorizar a frente de expansão expressam uma “concepção de ocupação do espaço que têm como referências as populações indígenas, enquanto que a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno [...]” (MARTINS, 1997,152). Nesta diferença dos tempos históricos dos atores no interior da fronteira, Martins (1997) adverte sobre a necessidade de distinção entre os tempos de cada sujeito no seu interior,

[...] não se reconhece que o tempo histórico de um camponês dedicado a uma agricultura de excedentes é um. Já o tempo histórico do pequeno agricultor próspero, cuja produção é mediada pelo capital, é outro. E é ainda outro o tempo histórico do grande empresário rural. Como é outro o tempo histórico do índio integrado, mas não assimilado, que vive e se concebe no limite entre o mundo do mito e o mundo da História. Como ainda é inteiramente outro o tempo histórico do pistoleiro

que mata índios e camponeses a mandado do patrão e grande proprietário de terra: seu tempo é do poder pessoal da ordem política patrimonial e não o de uma sociedade moderna, igualitária e democrática que atribui à instituição neutra da justiça a decisão sobre o litígio entre os seus membros. A bala de seu tiro não só atravessa o espaço entre ele e a vítima. Atravessa a distância histórica entre seus mundos, que é o que os separa. Estão juntos na complexidade de um tempo histórico composto pela mediação do capital, que junta sem destruir inteiramente essa diversidade de situações. (MARTINS, 1997,159)

Quando não se observa essa distinção dos tempos históricos dos atores na construção de seu território no interior da fronteira tende-se a fazer uma análise etapista, cheia de esquemas tipológicos recorrendo-se a esquemas classificatórios que geralmente se aproxima de um processo linear de compreensão da realidade, onde se “evolui” de um espaço quase sem humanos, um meio natural soberano, até a chegada de um meio completamente artificializado, quase sem natureza, aonde se chega exatamente ao fim da fronteira com a hegemonia e generalização da cidade e do urbano. Percebemos este tipo de análise, por exemplo, em Reboratti (1990), Diniz (2002) e Becker (1982). Tal perspectiva interpretativa acaba se recheando de uma leitura igualmente linear onde evoluiríamos de um feudalismo, para alguns, ou de um pré-capitalismo, para outros, até chegarmos num moderno espaço urbano-industrial-capitalista.

Para Martins (1997) esse esquematismo tem base no marxismo estruturalista de Althusser, na

[...] ideia de formação socioeconômica constituída de níveis, isto é, camadas de realidades desiguais, dotadas de autonomia relativa umas em relação às outras e, portanto, esvaziadas de historicidade. A partir daí não se distingue entre sistema mercantil e capitalismo, entre propriedade privada e propriedade capitalista (isto é, propriedade dos meios de produção destinada a exploração caracteristicamente capitalista da força de trabalho) entre modo de produção capitalista e modo de produção especificamente capitalista, entre processo de trabalho e modo capitalista de produção. (MARTINS, 1997, 161)

Para não cair no “esquematismo classificatório” caminharemos por uma abordagem que compreende a sociedade de fronteira como um lugar onde se estabeleceria o diálogo constante com a alteridade. Um lugar do encontro dos que, por razões várias, são diferentes entre si. Neste sentido, o conflito faz com que a fronteira seja, essencialmente e a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. O que dá a dimensão deste processo é justamente o desencontro de temporalidades (MARTINS 1997), que força a um ajuste, um acordo, e resulta em uma nova identidade sócio-espacial. Tal abordagem, a partir do conflito, pode ser detectada em autores

como Hébette (2002); Martins (1997); Velho (1976); Ianni (1978) e Ribeiro (2011)

Acordos e ajustes, sob o horizonte do conflito, nos remetem a relações de poder que podem ser simétricas e assimétricas no interior da fronteira. Tais relações são geralmente relações conflituosas e, portanto, fundamentais e inerentes para se compreender as territorialidades camponesas, categoria central em nosso trabalho, e as diversas formas que adquirem no interior da fronteira capitalista. Como nos esclarece Fernandes (2008),

[...] O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização–deteritorialização–reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural, formadores de diferentes organizações sociais. (FERNANDES, 2008, 02)

A contribuição de Fernandes é fundamental porque nos fornece a ponte necessária entre a situação de conflito social, inerente às sociedades de fronteira e a territorialização do campesinato na fricção com as frentes dos grandes projetos agropecuários, madeireiros e minerais ligados ao capital na Amazônia paraense.

Dialogar com esta categoria será nosso esforço no tópico a seguir.

ABORDAGENS SOBRE TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E SUA RELAÇÃO COM A FRONTEIRA.

A definição e o exercício da territorialidade no início do século XXI adquirem cada vez mais importância seja pela expansão geográfica do capitalismo em uma escala nunca vista antes – mundialização (OLIVEIRA 2004), seja pela pertinência do lugar como uma categoria de afirmação frente a esta mundialização (MASSEY, 1994). A Amazônia como um lugar que abriga um conjunto de populações que são circunscritas no que Martins (1997) avalia como uma acumulação primitiva no interior da reprodução ampliada de capital é um espaço que carece, em termos de uma abordagem geográfica, a compreensão sobre a territorialidade camponesa frente o avanço das relações de produção capitalistas.

A partir daí compreendemos território, na definição de Porto Gonçalves (2006), como um espaço apropriado e, ao mesmo tempo, que é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Por esse caminho “há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de terri-

torialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades.” (PORTO GONÇALVES, 2006, 47). Assumindo a postura de múltiplas territorialidades, nossa perspectiva em relação ao PDS Esperança passa por essa compreensão.

Outro pressuposto na abordagem sobre a territorialidade de camponeses na Amazônia paraense é partir de uma abordagem integradora das dimensões do espaço vivido desses atores. Já que o econômico não se separa do ambiental, nem o político do cultural. Nesta perspectiva Haesbaert (2010) aponta para possibilidades de se trabalhar o território numa “coexistência de dinâmicas próprias como político, econômico, cultural, etc.” (HAESBAERT, 2010, 76) ou mesmo de se trabalhar com a “ideia de uma nova forma de construirmos o território se não de uma forma ‘total’ pelo menos de forma conectada/articulada, ou seja, integrada” (HAESBAERT, 2010, 76) através de um espaço, no caso amazônico, que é produzido e sentido por essas sociedades camponesas numa lógica que integra, ou que procura integrar, a vida política, econômica, cultural e ambiental.

Nesta abordagem, o autor levanta a questão das políticas de ordenamento territorial. Importantes para a nossa pesquisa porque, no caso amazônico, grande parte delas é de caráter exógeno e que por isso, excluem as populações locais em sua elaboração, com a conseqüente desqualificação das territorialidades desses povos. Porém, sua organização e resistência podem se fazer sentir através de sua organização nos diversos movimentos sociais no campo. Assim, nesse jogo de forças do ordenamento territorial, o autor em baila aponta para duas características

Em primeiro lugar, seu caráter político – no jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta como os “ambientes” capazes de reconhecer e tratar o espaço social em todas as suas múltiplas dimensões (HAESBAERT, 2010, 76).

No caminho teórico apontado pelo autor, ao fazermos a relação com a situação de fronteira que as sociedades camponesas se defrontam na Amazônia, identificamos este jogo na relação que existe entre as políticas populacionais desenvolvidas pelo Estado (macropoderes políticos institucionalizados) através da gestão de deslocamentos da população procurando estabelecer as frentes de expansão demográfica. Do outro lado (do jogo), existem as diversas formas de organização dos camponeses procurando aí estabelecer suas estratégias de contra-mobilidade ou de imobilidade (GAUDEMAR, 1977). É nessa relação entre os processos migratórios para a Transamazônica e a necessidade de reprodução social dos camponeses em um ambiente hostil para tal objetivo é que se forja a construção do PDS Esperança Anapu – Pa.

No que se refere ao papel do Estado na gestão-redistribuição da popu-

lação identificamos ações que se desenvolvem a partir da década de 1940. É o caso da Expedição Roncador-Xingu e da Fundação Brasil Central. O Estado Novo começa a delinear sua política populacional, promovendo as primeiras mobilizações da população e objetivando integrar o Brasil à procura de recursos que pudessem dar suporte ao nascente projeto urbano e industrial.

Passada a década de 50, que teve como marcos da política colonizatória e a construção da Belém-Brasília, da Rodovia Transamazônica, da própria cidade de Brasília e a política de incentivos fiscais para empreendimentos na Amazônia (SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus), distinguiram-se nos gabinetes da ditadura militar duas modalidades de colonização: a dirigida e a espontânea. Como, com propriedade, se questionou: “[...] até que ponto é válido falar em política governamental, tratando-se de colonização não-dirigida, ou seja, dessa que se processaria ‘espontaneamente?’” (HÉBETTE & ACEVEDO, 2004, 41). Como toda linguagem é incrivelmente ideológica, os autores nos dão uma contribuição buscando desmistificar categorias impregnadas de ideologia:

Colonização espontânea e dirigida não são, na verdade, dois processos perfeitamente distintos ou duas formas nitidamente separadas de colonização, uma acompanhada por interferência externa (do Estado ou de uma entidade privada), outra isenta dela. Nos sistemas políticos modernos, inclusive os mais liberais e menos dirigistas, a vida social toda sofre interferência do Estado, direta ou indireta, deliberadamente maior ou menor, sempre orientada e seletiva. Medidas de política envolvem todas as dimensões e todos os aspectos da vida social, de forma impositiva, incentivadora, ou simplesmente permissiva ou omissa. (HÉBETTE & ACEVEDO, 2004, 42).

Neste sentido, o papel do Estado no estabelecimento dos fluxos migratórios e, portanto, na gênese da composição da frente de expansão para Amazônia foi fundamental. A retirada compulsória de trabalhadores do Nordeste e do Sul do Brasil para compor esta frente de expansão na Amazônia paraense já oferece os elementos que compõem a desterritorialização. Entretanto, o discurso do Estado para os trabalhadores é o oferecimento de recursos abertos e inesgotáveis na Amazônia, entre os principais, destaca-se a farta distribuição de terras. Camponeses, então, munidos do sonho de conquista dessa terra liberta (MUSUMECI, 1988) emigram e se deparam com um ambiente relativamente desfavorável para a sua reprodução, portanto, para a sua reterritorialização. No entanto, existiam brechas para a sua reinvenção. Criando, na marra, seus espaços de sobrevivência esses agricultores camponeses, através da sua organização começaram a abrir, no/a front(eira), seus territórios até então perdidos no seu lugar de origem e, agora, não só reinventam seus novos espaços como também reinventam a si mesmos, forjando-se no interior da fronteira um novo campesinato.

FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA REGIÃO DA TRANSAMAZÔNICA NO PARÁ

A Rodovia Transamazônica começou a ser aberta em 1970 e é hoje a maior rodovia federal transversal do país com quase cinco mil quilômetros de extensão. Ela vai de João Pessoa na Paraíba até Humaitá no Amazonas, passando em cidades como Balsas no Maranhão, Picos no Piauí e Altamira no Pará. Na sua porção paraense, ela é dividida em dois polos: Transa – leste e Transa – Oeste.

O que corresponde a Transa-Oeste é a porção que vai de Altamira (PA) em direção à oeste, uma área de 400 quilômetros em direção a Rurópolis (PA), passando pelos municípios de Medicilândia, Brasil Novo, Uruará e Placas, todos municípios do Estado do Pará. É área da rodovia que foi destinada a Colonização Oficial. Fortemente induzida pelo Estado na figura dos militares. Essa concentração de esforço por parte dos militares se justificava devido a uma necessidade de apresentar certo sucesso da agricultura familiar nessa região direcionando o sistema de produção para as culturas de commodities como o cacau, pimenta do reino, cana de açúcar e café. Tais culturas foram assistidas através de instituições como CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) e EMATER (Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural). Com isso, garantir-se-ia uma aparência moderna e próspera para as unidades de produção familiar, aparência esta que deveria ser associada à abertura da fronteira agrícola, igualmente dada como moderna. Nesse esforço teríamos então uma convergência de fatores como “crédito fortemente subsidiado e assistência técnica proporcionada pelo Estado, mercado internacional do cacau e da pimenta no seu auge. Os favorecidos entregaram-se à febre da produção, vivendo uma espécie de euforia, não isenta de ilusões.” (HÉBETTE, 2002, 208). Para essa área, ainda, se reservou uma colonização de famílias com origem do Sul do Brasil, especialmente paranaenses.

Já a área conhecida como Transa-Leste vai de Altamira em direção a Marabá e sua realidade é diferente da Transa-Oeste. Nesta área predominou a “colonização espontânea” e migrantes oriundos fundamentalmente do Nordeste brasileiro. Ali o que se adotou da colonização dirigida foi apenas o módulo de terra que era de 100 hectares. Nesta porção da rodovia a terra era considerada “fraca” e apresentava vários focos de malária. Neste sentido, Hébette (2002) caracteriza essa área da seguinte maneira:

A forma conhecida como colonização espontânea, ao contrário do modelo oficial, deixava margem para a reprodução, no Pará, das relações, nada harmônicas, das regiões de origem dos migrantes, acirradas ainda, como já mencionado, pela violência da fronteira. Ali agricultura camponesa, tradicionalmente desprezada e entregue a si mesma e, agora, perseguida pelos órgãos governamentais, tinha que criar na marra seu espaço de sobrevivência e suas perspectivas de futuro, for-

quando os lavradores a se organizarem segundo suas próprias normas – o que não tardaram a fazer. (HÉBETTE, 2002, 208)

Assim, em uma avaliação rápida, o Estado brasileiro dividiu a Rodovia em dois Polos. Um, com terra considerada “boa”, de terra roxa, a chamada “faixa”, onde os agricultores ali instalados seriam rapidamente inseridos no mercado, com a assistência técnica, com ramais abertos pelas máquinas do Estado, instalação de escolas a cada 10 quilômetros e produção voltada para a exportação. Objetivando aí transformar os camponeses, colonos do sul, em agricultores familiares exemplos de uma pequena produção que “deu certo”. Outro polo, abandonado a própria sorte, com trabalhadores oriundos do nordeste brasileiro, onde “em 1975, os primeiros colonos começaram a abrir picadas e ramais ‘no braço’ (com facão e foice) [...] sem nenhuma estrutura ou apoio governamental esses colonos mediam os seus lotes com cordas” (GUZZO & SANTANA 2009, 41).

O projeto político do Estado brasileiro para esse polo, desde o seu início, foi sempre contar com a derrota da agricultura camponesa e estabelecer a concentração fundiária objetivando a territorialização da “grande empresa rural” através da CATP’S (Contratos de Alienação de Terras Públicas) com lotes em média de 3.000 hectares.

A colonização na Transa – Leste, assim, cumpriria dois objetivos claros – amenizar a pressão por reforma agrária no Sul e no Nordeste brasileiro e liberar mão de obra para a exploração capitalista no interior da fronteira. Velha compreensão das regiões de fronteira como “válvula de escape” idealizada ainda no século XIX por Turner.

O resultado não alcançou nenhum dos dois objetivos. Pelo contrário, o que foi observado foi acirramento do conflito pela posse da terra na região já que os camponeses viam imensas terras públicas, com anuência do Estado, serem apropriadas pelo ciclo da grilagem, que desviava o recurso público, expulsava e exterminava as populações originais e degradava o meio ambiente.

Na reação, os movimentos sociais da região em 1994 apresentaram ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) uma proposta para a criação de duas unidades de conservação, uma de cada lado da rodovia. Três anos depois com a proposta não atendida, a FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) e o Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS organizaram uma grande assembleia em Anapu e reafirmaram a necessidade da criação de Unidades de Conservação frente ao assédio de madeireiros. A proposta desses movimentos seria uma RESEX (Reserva Extrativista) e um PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável). O processo foi protocolado no INCRA sob o número 54.100.00 2349/00-97 (GUZZO & SANTANA 2009, 43). As propostas, aos poucos, foram ganhando o apoio de várias entidades que atuam no município como STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) de Anapu, Associação Transa-Leste, Movimento de Mulheres Lutadoras de

Anapu, Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia, Paróquia Católica de Anapu e Comissão Pastoral da Terra - CPT.

Em 1999, o INCRA acenou favorável a criação das Unidades de Conservação. Porém, houve resistência por parte do Governo do Estado do Pará, alegando que já tinham sido aprovados, para mesma área, 15 projetos pela SUDAM para reflorestamento com frutas tropicais, plantio de café e capim em áreas degradadas. Cada um deles recebendo em média R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), representando um total de 75 milhões ao todo. Abaixo as empresas financiadas no município durante este ano.

Figura 02: Tabela de Empresas financiadas pela SUDAM em 1999 em Anapu – Pará

Empresas Financiadas pela SUDAM em Anapú	CNPJ	Data de Financiamento
Agroflorestal Industrial Açaraí S/A	03.030120/0001-20	14/12/1999
Agroindústria Terra Norte S/A	02.559544/0001-13	12/11/1999
Agroindústria Turmalina S/A	83.381749/0001-53	14/12/1999
Agroindústria Vale Dourado da Amazônia	00.851621/0001-89	14/12/1999
Agropecuária Belo Monte S/A	02.740219/0001-52	28/12/1998
Agropecuária Virtuosa S/A	02.837489/0001-86	12/11/1999
Agropecuária Vitória Régia S/A	34.683656/0001-78	08/05/1998
Damazón Agroindústria da Amazônia S/A	03.044436/0001-70	12/11/1999
Frupesa Agrofruticultura do Pará	03.044783/0001-01	14/12/1999
Propanorte Agroindustrial e empreendimento da Amazônia S/A	03.025123/0001-75	12/11/1999
Rio Anapú Agroindustrial S/A	03.005110/0001-34	14/12/1999

Fonte: SUDAM, 2000, pag.57

Tais “empreendimentos” serviram no entendimento de GUZZO & SANTANA (2009), para

[...] invadir, pelos grileiros, madeireiros e fazendeiros destruidores da floresta, a área projetada para a construção da RESEX e dos PDS, favorecendo o desmatamento e a ocupação desenfreada das matas pri-

márias existentes na região, ou seja, o dinheiro público patrocinou a destruição da nossa floresta e o sonho de uma vida digna, para milhares de irmãos nordestinos. A destruição, em várias ocasiões, se deu às margens do rio Bacajá, seus afluentes e outros rios da região. (GUZZO & SANTANA, 2009, 44)

O impasse instalou-se. Os interesses dos grandes agentes envolvidos na expansão do capital na fronteira também se impunham e uma nova correlação de forças começou a se estabelecer na região. Desde então, os movimentos sociais começaram uma séria de denúncias afirmando que tais recursos estavam servindo para ações criminosas e irresponsáveis de fazendeiros. Parte desses recursos foi bloqueado, porém o processo de invasão e desmatamento dessas áreas continua até hoje.

O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PDS) ESPERANÇA E ALGUNS FATORES LIMITANTES PARA SUA TERRITORIALIZAÇÃO

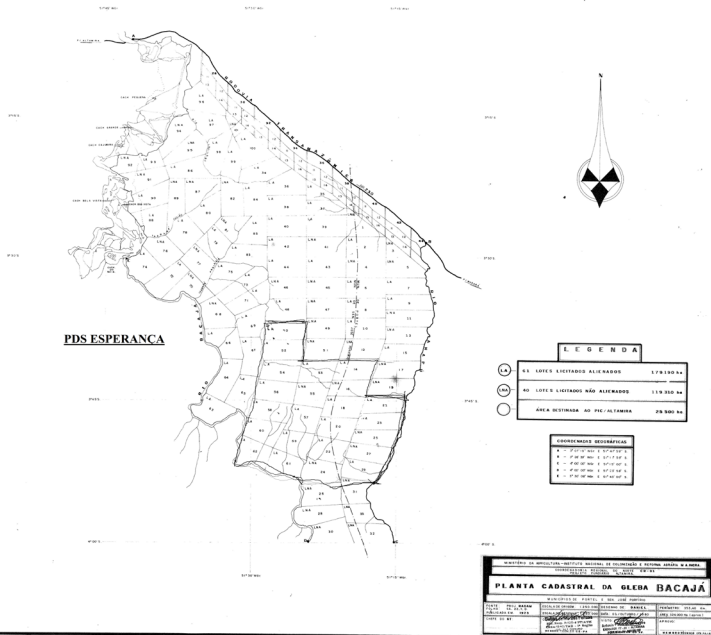
O PDS é um tipo de Assentamento diferenciado da forma tradicional, pois existe uma preocupação ambiental já que associa agricultura com extrativismo florestal. Em 2002, foram instalados no Município de Anapu, dois PDS denominados de Viróla-Jatobá e o Esperança com 410 famílias no total. Só no Esperança existem 250 famílias cadastradas inicialmente. Dessas, até o momento, apenas 83 conseguiram figurar na Relação dos Beneficiários (RB) do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Dos beneficiários, 46 famílias conseguiram o crédito inicial de fomento e 23 apenas conseguiram acessar o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esses dados demonstram o quanto ainda são necessárias medidas para se atingir o principal objetivo que figura no seu projeto inicial que é

[...] desenvolver atividades dentro dos critérios de sustentabilidade econômica, ecológica e social procurando a reprodução permanente das espécies animais, a regeneração completa das espécies vegetais e o reflorestamento das áreas desmatadas e que a população local viva em condições de crescente qualidade e dignidade” (Plano de Utilização – ASSEEFA, 2006, 08).

Percebemos, assim, que passados 10 anos da aprovação do PDS na região, permanecem as dificuldades dos assentados em acionar as políticas relacionadas ao fomento da agricultura familiar pelo Governo Federal. Em trabalho de campo preliminar realizado em julho de 2012 levantamos seis grandes questões que se referem a dificuldades de territorialização de seu

projeto camponês, a saber – segurança física e mental, segurança alimentar, educação, moradia, trabalho e ambiente.

Figura 03 – Planta dos Lotes que formaram a configuração territorial do PDS Esperança



Fonte: INCRA, 1980 (Adaptado pelos autores)

a) Segurança física e mental – fazendeiros e grileiros agredem impunemente.

Uma das principais preocupações dos assentados está relacionada às ameaças físicas e mentais sofridas sistematicamente na área. As intimidações e ameaças feitas por capangas dos pretensos proprietários que permanecem na área é hoje um dos grandes desafios a ser superado. Dentre as táticas de intimidação duas destacam-se. Uma é a associação da polícia local junto aos fazendeiros. Isto já gerou inclusive a prisão de dois irmãos que são assentados e que foram levados presos dos seus lotes sob o comando do madeireiro Luiz Ungaratti. Outra é a mobilização dos trabalhadores, assalariados desses madeireiros e fazendeiros, para realizarem revoltas junto ao INCRA e ao Ministério Público, bem como ameaçar os moradores do assentamento.

b) Segurança Alimentar – sem permissão e apoio para implantação das roças

Outros relatos estão relacionados a demora na liberação de ADM's (Autorização para Desmatamentos) o que gerou a perda de várias roças, e levando até vários assentados a passarem fome. A demora nesta liberação gera consequências. Uma delas é a crescente dependência dos assentados em relação aos fazendeiros já que muitos recorrem às diárias propiciadas por eles para a formação de pastagens. O que atinge uma das características estruturais do campesinato. Outra seria o aumento do desmatamento, através da queima de árvores que poderiam estar servindo de uma forma mais eficiente tanto economicamente como ambientalmente.

c) Educação – escolas que operam em barracões precários e distantes

Outra dificuldade relatada pelos assentados é o acesso a Escola. Existe uma que funciona em um barracão que opera distante da maioria das famílias. Este fator é um das causas de migração das famílias, pois sem escola há a necessidade de desenvolver estratégias para se conseguir tal serviço. Uma delas, a principal, é a saída para a cidade mais próxima.

d) Moradia – há dois anos o INCRA foi incapaz de liberar o dinheiro já em conta

Segundo alguns de nossos informantes já foram liberados os recursos para a construção das casas no PDS. Porém, o Ministério Público questionou o valor destinado para a habitação já que ele seria insuficiente. O INCRA garantiu uma verba suplementar na Caixa Econômica Federal - CEF. Este banco condicionou este suplemento a disponibilidade no Assentamento de rede de energia elétrica e água encanada. O que ainda não existe. Passaram-se dois anos e ainda não se realizou uma licitação para escolher a empresa que irá realizar tal serviço. O resultado é que a ajuda-moradia para as famílias ainda é um sonho bem distante.

e) Trabalho – Planos de Manejo Florestal e ADM's emperrados

Até agora cerca de 30 assentados foram capacitados para trabalhar com manejo florestal comunitário. Porém, depois de várias reuniões com o INCRA e com SEMA (Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará) nada do que foi acordado foi cumprido. O resultado foi que o trabalho na oficina de marcenaria se tornou inviável e as toras de madeira já retiradas estão sendo consumidas pelo fogo feito para a implantação das roças. Em uma assembleia recente dos assentados o impasse se instalou. Um grupo propõe uma terceirização na exploração da madeira no interior do PDS. Outro grupo quer manter sob o controle dos assentados a exploração deste recurso, mantendo-se fiel aos princípios comunitários e sustentáveis. Esse impasse no PDS levou uma cisão entre os assentados. Os que querem a terceirização ganharam a proposta e tem a maioria no interior da Associação (liderados pelo PT – Partido dos Trabalhadores). Os que perderam se retiraram da Associação e formaram uma Comissão (liderados pela CPT). Temos, desde então, duas organizações disputando a hegemonia das decisões no interior do PDS.

f) Ambiente – madeireiros invadindo e retirando madeira ilegalmente

Em vários lotes do PDS conhecidos madeireiros e grileiros como Luís Ungaratti e Délio Fernandes continuam retirando ilegalmente madeira comprometendo a diversidade da floresta e ao mesmo tempo ameaçando as famílias no PDS. Em quase todos os lotes tal problema é visível.

LIMITES E POSSIBILIDADES NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS NA FRONTEIRA AGRÁRIA DA AMAZÔNIA PARAENSE – O CASO DO PDS ESPERANÇA

Tendo clara a composição de tempos e espaços diferentes e articulados no interior da fronteira compreendemos que na mesma rodovia (Transamazônica) temos duas realidades distintas sócio-espacialmente, porém articuladas compondo uma espécie de totalidade da fronteira em movimento:

a) Uma que vai de Altamira em direção a Rurópolis (Polo 1), onde, desde o início, o desenvolvimento da frente de expansão, àquela com seu conteúdo eminentemente demográfico, foi induzida e controlada pelo Estado. Este agente tratou de aproximar os tempos históricos do agricultor de origem sulista com os dos agentes que representam o modo especificamente capitalista de produção, entre os quais se destacam: o comerciante, grandes pecuaristas e grandes produtores de grãos que gradativamente vem subindo ao longo da BR-163, a chamada Cuiabá-Santarém. Com isso, observamos nesta área, a consolidação de uma densidade técnica, jurídica e econômica forte.

b) Outra que vai de Altamira em direção a Marabá (Polo 2), onde a frente de expansão teve uma presença precária ou omissa do Estado. Apesar do (des) ordenamento fundiário ter sido realizado por este agente, a política desde o início foi delineada para a liberação da força de trabalho e constituição de uma mão de obra volátil para atender os grandes fazendeiros que acessaram a terra através da CATP's (Contratos de Alienação de Terras Públicas). Nesta situação, ainda temos um desencontro entre a frente de expansão e a frente pioneira, onde o resultado latente é conflito.

Essa conflitualidade aguça a questão agrária na área (polo 02) e refina os mecanismos de resistência camponesa. Além de manter a fronteira aberta já que ela, como nos alerta Fernandes (2008), é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato e ao mesmo tempo

Acontece devido à contradição criada pela destruição, criação e recriação simultânea dessas relações sociais. A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato devido ao paradoxo gerado pela contradição estrutural. A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultaneamente e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes

e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento. A agricultura camponesa estabelecida ou que se estabelece por meio das ocupações de terra e implantação de assentamentos rurais, resultantes da política de reforma agrária, promove conflitos [...] (FERNANDES, 2008, 178)

No interior do conflito destacamos duas grandes questões que permeiam a territorialização do projeto camponês na área: a) a disputa política interna e sua relação com atores na área; b) a dimensão ambiental desta conflitualidade.

No que se refere à disputa política, o quadro de conflitualidade se aguçou quando o processo eleitoral para o Governo do Estado do Pará (2006) e para o Município de Anapu (2008) foi vencido pelo Partido dos Trabalhadores - PT. Na sua articulação para a composição de forças tanto municipal quanto estadual, esta organização política obteve apoio de históricos inimigos do PDS como Délio Fernandes, conhecido fazendeiro que grila terras, retira madeira ilegalmente e é um dos suspeitos de presidir o consórcio para matar a Irmã Dorothy Stang. Esse processo rebateu na aliança também histórica entre PT e a CPT na região. O resultado interno no PDS foi o “racha” de sua Associação formando duas entidades que disputam a hegemonia política. Uma liderada pelo PT. E outra, formada a partir de então, liderada pela CPT que fundou uma Coordenação do PDS.

Outro elemento da conflitualidade é a sua dimensão ambiental. Os assentados do PDS Esperança têm trajetórias de vida marcadas pela fuga do cativo da terra (MARTINS, 1986). Àquele onde as relações são marcadas por um intenso processo de subordinação em relação aos proprietários da terra. É um status qualificado pelos assentados de agregado. A migração e a mobilidade do trabalho para a fronteira sempre apareceram como uma estratégia de fuga a este cativo e a esta condição de agregado. O assentamento aparece, então, no horizonte camponês como uma possibilidade de conquista da autonomia, tão cara na época do cativo. Quando este assentamento entra na política de reforma agrária, acoplado a uma diferenciação ambiental duas visões sobre natureza parecem entrar em choque: a do camponês e a das políticas e programas ambientais aplicadas pelo Estado.

Este choque é resultado de uma visão de ambiente que considera a natureza intocada. Tal premissa estaria na gênese das políticas ambientais resultando o que Pereira (2008) aponta para o desencontro entre o direito ao meio ambiente e o direito coletivo a terra no seguinte fragmento

Percebemos que existe na base desses conflitos, uma visão dominante e autorizada de meio ambiente por parte do Estado e da sociedade como um todo, que considera meio ambiente a natureza intocável pelo ser humano e protegida no conjunto dos animais e das plantas, com

o respaldo da ciência. O Estado em seu projeto de integração nacional tem, nos projetos de desenvolvimento econômico e na criação das unidades de conservação, alguns dos objetivos de modernizar a nação. Ao garantir o direito ao meio ambiente enquanto patrimônio futuro se exclui o direito coletivo a terra e a sobrevivência de muitas famílias no presente [...] os conflitos como multidimensionais e que, sobretudo, impõem oscilações no âmbito social, político e econômico, e mais diretamente, tratam de vidas, de projetos de vida, bem como ciclos ecológicos de vida. Assim, a Questão Agrária e a Questão Ambiental não podem ser tratadas isoladamente, estão inter-relacionadas, compõem uma totalidade de desafios antigos e atuais. (PEREIRA, 2008:182).

Neste sentido, assim como não podemos tratar a territorialidade dos camponeses e dos grupos sociais em geral de forma fragmentada sob o risco de perdermos a lógica integrada do território, não podemos, igualmente, dissociar a Questão Agrária da Questão Ambiental. Elas são duas faces de um mesmo processo pelo qual passa, na contemporaneidade, o projeto de camponês no interior da fronteira.

TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA E FRONTEIRA AGRÁRIA – O CASO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PDS) ESPERANÇA EM ANAPU – PARÁ – BRASIL .

ABSTRACT

This article is part of the PHD investigative effort in PPGeo-UFPE. Our main objective is to analyze how the encroachment of the agrarian frontier land in the Amazon contributes to changes in the territoriality of a peasant community through a sustainable development project (PDS) in the Transamazonique Road. We hypothesized that the border remains open, with different temporalities, conflicting, however articulated. We work three dimensions of territorialization that articulate and interpenetrate: a) labor mobility, b) the absence or precarious presence of the state with the peasants and c) the dispute of the ownership of natural resources of the Amazon.

Keywords: Territorialization. Peasantry. Frontier Land. Amazon. Major Projects.

TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA E FRONTEIRA AGRÁRIA – O CASO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PDS) ESPERANÇA EM ANAPU – PARÁ – BRASIL .

RESUMEN

Este artículo es parte del esfuerzo de investigación de doctorado en PP GEO-UFPE (Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal de Pernambuco). Nuestro principal objetivo es analizar cómo el avance de la frontera en la Amazonia Paraense contribuye a los cambios en la territorialidad de una comunidad campesina asentada a través de un proyecto de desarrollo sostenible (PDS) en la carretera Transamazónica. Empezamos a partir de la hipótesis de que la frontera sigue abierta, con diferentes temporalidades, en conflicto, sin embargo articulados. Trabajamos en tres dimensiones de territorialización que se articulan y se interpenetran: a) la movilidad laboral, b) la ausencia o presencia del estado junto a los campesinos y c) la disputa por la apropiación de los recursos naturales de la Amazonía.

Palabras-clave: Territorialización. Campesinado. Frontera Agraria. Amazonia. Grandes Proyectos.

REFERÊNCIAS

BECKER, Berta. 1982. Geopolítica da Amazônia – a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro/RJ: ZAHAR Editores.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. INCRA. Planta cadastral da Gleba Bacajá. Brasília: MDA/INCRA, 1980.

BRINGEL, F. O. Microrregião de Altamira (Estado do Pará - Brasil) e os atores envolvidos. Mimeo, 2012.

DINIZ, Alexandre M. 2002. Migração e Evolução da Fronteira Agrícola. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto. Sítio da ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais). Disponível em: <<http://www.abep.org.br/>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. 2008. Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. IN: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil, BUAINAIN, A. M. (coord.). PP. 173-230. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. 1977. Mobilidade do trabalho e acumulação de capital. Lisboa: Editora Estampa.

GUZZO, Maria Rosária Souza; SANTANA, Nivalda Silva de. 2009. Irmã Dorothy Stang – a mártir do PDS. Anapu: Mimeo. 144 p.

HAESBAERT, Rogério. 2010. O Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HÉBETTE, Jean; ACEVEDO MARIN, R. 2004. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais – reflexões sobre a colonização em torno da Rodovia Belém – Brasília. IN: Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. HÉBETTE, Jean (org.). Belém: EDUFPA 4 vol.

HÉBETTE, Jean. 2002. Reprodução Social e Participação Política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. IN: No mar, nos rios e na fronteira – faces do campesinato no Pará. HÉBETTE, J; MAGALHÃES, S. B.; MANESCKY, M. C. (orgs). Pp. 205-231. Belém: EDUFPA.

IANNI, Octávio. 1978. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Editora Vozes. 158 p.

MARTINS, José de Souza. 1997. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 213p.

MARTINS, José de Souza. 1986. O Cativo da Terra. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas.

MASSEY, Doreen. 1994. A Global Sense of Place. Space, Place and Gender. Minneapolis : University of Minnesota Press.

MUSUMECI, Leonarda. 1988. O Mito da Terra Liberta – colonização “espontânea”, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: ANPOCS.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. 2004. A mundialização do capital, as dívidas e os mitos sobre o agronegócio no Brasil. Revista Sem Terra, Seção Nacional. São Paulo: Gráfica Perez, maio/junho.

PEREIRA, Monica Cox de Brito. 2008. Quando o Agrário e o Ambiental se encontram: ocupações de terra na redescoberta do Vale do Rio São João pelo Movimento Social. IN: Atores Sociais, Participação e Ambiente. (orgs). SILVA, Jaqueline Oliveira; PEDLOWSKI, Marcos A. PP. 165-183. Porto Alegre: Dacasa Editora.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. 2006. De Saberes e de Territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. Revista GEOgrafias. Ano VIII, Nº16, , PP. 41-55.

REBORATTI, Carlos E. 1990. Fronteras Agrarias en America Latina. Artigo. Revista Geo Crítica - Cuadernos Críticos de Geografía Humana, nº 87, mayo.

RIBEIRO, Maria Beatriz de Figueiredo. 2011. Aqui não tem esse negócio de herança! Hoje eu quero uma terra pra mim – Relações intergeracionais na luta camponesa. Niterói: UFF (Tese de Doutorado).

VELHO, Otávio Guilherme. 1976. Capitalismo Autoritário e Campesinato – um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel Editora.

WOORTMANN, Klass. 1990. “Com parente não se neguceia” – o campesinato como

ordem moral. IN: Anuário Antropológico/87, pp. 11-73, Brasília/Rio de Janeiro, Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.